

TEMAS SUGERIDOS PELA SEGOV - SECULT
BRIEFING ALMG FISCALIZA 1º sem/2021

Turismo – produção e segmentos turísticos

1. Atuação da Secult para apoiar os empreendedores do setor turístico para acesso aos benefícios do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse).

No âmbito do Perse, a Secult articulou, junto ao BDMG, a oferta de uma linha de crédito facilitada voltada especificamente ao setor de eventos. O Banco ainda está estudando o produto para seu lançamento. Também foi articulado um grupo de Whatsapp para aproximar representantes do setor aos principais atores públicos responsáveis pelo tema, incluindo a realização de reuniões já ocorridas junto ao Governador do Estado. Além disso, o **selo Evento Seguro**, da Secult, propiciou que **os realizadores de eventos confirmassem que estão cumprindo os protocolos de saúde e segurança definidos na Resolução criada com base no Plano Minas Consciente.**

2. Atração de novos voos para o Aeroporto Internacional Tancredo Neves e a situação dos anunciados anteriormente, inclusive para os Estados Unidos.

A viação Itapemirim está inaugurando seu braço aéreo, "Ita", cujo primeiro voo comercial é na data do ALMG Fiscaliza, cobrindo o trecho Guarulhos-Confins. De acordo com a BH Airport, a Eastern Airlines iniciará voos regulares de Confins para NYC, Miami e Boston, nos EUA. A ideia é que a comercialização dos trajetos tenha início em 28/06/2021. A Secult se disponibiliza para promover articulações e atrair voos aos nossos aeroportos, mas ressalta que a competência sobre o tema recai sobre a SEDE, em conjunto com o INDI e BH Airport.

3. Regulamentação e aplicação da PEC 52 – manutenção do nível mínimo do Lago de Furnas, inclusive para o desenvolvimento do Turismo Náutico.

A Secult foi favorável à PEC 52, já aprovada sob a forma de Emenda n. 106. O texto aprovado não demanda regulamentação posterior do Poder Executivo. Para tratar do tema, foi criado o GT Furnas, integrando Secult, Semad, SEDE e IGAM, dentre outras entidades. O GT objetiva promover estudos referentes à manutenção, preservação e promoção do Lago de Furnas e do uso múltiplo de suas águas. A duração dos trabalhos do GT de Furnas foi prorrogada até o final de setembro. No momento, estamos articulando atores importantes para manifestar apoio coletivo ao cumprimento das cotas mínimas do nível das águas.

4. Financiamento de empreendimentos turísticos – facilitação do acesso ao Fungetur e reabertura do Fastur.

Em resposta ao Requerimento n.º 6828/2020, a Secult informou, por meio do Ofício SECULT/GAB n.º 18/2021, de jan/2021, via Siaple, que o atual formato de captação e financiamento de recursos do Fastur deverá passar por melhorias. Nesse sentido, já designamos uma equipe técnica no âmbito da Subsecretaria de Turismo que tem se esforçado em **desenvolver estudos sobre possibilidades de receitas e atualização das formas de repasses** para proposição de um texto de Lei para reformulação do Fastur. A Secult reitera sua posição favorável ao aumento de fontes de receitas do Fastur, informa que

o Fastur nunca esteve "fechado", mas adverte que, no momento, não há alocação de recursos orçamentários no Fundo. Tendo isso em vista, contamos com o apoio dos Deputados da ALMG para a indicação de emendas que possam abastecer o fundo e fomentar o financiamento da atividade turística em MG.

Por sua vez, o Fungetur encontra-se ativo no BDMG e a Secult participou, no ano de 2020, de articulações junto ao Governo Federal, que garantiram R\$ 300 milhões para o Fundo. Além disso, para facilitar o acesso de pequenas e médias empresas aos seus recursos, a linha de crédito aderiu ao Pronampe. Os próximos passos deverão ser anunciados pelo Banco em momento oportuno, sendo que a Secult se disponibiliza para fazer as interlocuções necessárias entre o setor e o BDMG.

5. Estadualização e concessão do Aeroporto da Pampulha.

A Secult está aberta para o atendimento do setor turístico quanto aos assuntos relativos ao Aeroporto da Pampulha, mas deve remeter-se à competência da SEDE, BH Airport e Seinfra, órgãos responsáveis pelas diretrizes de estadualização e concessão do ativo. Nesse sentido, recomendamos a consulta à Seinfra, que está conduzindo os processos de concessão, e nos colocamos à disposição para as articulações que se fizerem necessárias com o órgão e demais atores relevantes.

6. Concessão do Minascentro e de parques estaduais.

O Governo de Minas homologou, em 2 de março de 2021, a primeira concessão pública de atividades de ecoturismo e visitação dentro do Programa de Concessão de Parques Estaduais (Parc). O Consórcio Gestão Parques MG – Urbanes – B21 será responsável por um investimento de **R\$ 12 milhões** em melhorias estruturais e reformas dos espaços que integram a **Rota das Grutas Peter Lund**, conjunto de três unidades de conservação gerenciadas pelo Instituto Estadual de Florestas (IEF). Outras 7 unidades de conservação estão na fase de "elaboração de estudos de viabilidade". Para mais informações no âmbito do Parc, a Secult **recomenda consulta ao IEF**, órgão que está conduzindo diretamente os processos, colocando-se à disposição para as articulações que se fizerem necessárias.

A concessão do Minascentro, por sua vez, está sendo conduzida pela Codemge, empresa que controla o ativo. Por essa razão, recomendamos consulta à Codemge, nos disponibilizando para as articulações que se fizerem necessárias.

7. Situação atual do projeto “Minas para Minas”, “Minas para o Brasil” e demais projetos de retomada do turismo.

Durante o lançamento do Plano Nacional de Retomada do Turismo, em 03/09/2020, em Ouro Preto, o Governador Romeu Zema assinou, junto ao secretário da Secult e ao Ministro do Turismo, um protocolo de intenções com vistas a diversas ações de apoio e investimento aos setores da cultura e do turismo em MG. **Foi oficializado o repasse de R\$ 3 milhões em recursos do Governo Federal para investimento em promoção do Destino Minas Gerais, beneficiando o "Minas para Minas" e o "Minas para o Brasil".**

Foi lançado, em 10/05/2021, o **Reviva Turismo**, plano estratégico de atuação conjunta do Governo de Minas e do setor turístico para a reabertura gradual e segura das atividades, tendo em vista o desenvolvimento econômico do estado, gerando **emprego e renda nas regiões mineiras**. A meta é **posicionar Minas Gerais entre os três principais destinos turísticos brasileiros**. O Reviva Turismo gira em torno de **4 eixos estratégicos**: biossegurança, estruturação, capacitação e marketing. Estão sendo articuladas parcerias importantes para a retomada das atividades, com destaque para o **selo Evento Seguro**; a chancela internacional **Safe Travel** ao destino Minas Gerais, concedida pelo World Travel & Tourism Council; e a participação da Secult nos comitês do **Minas Consciente**, garantindo aderência aos protocolos sanitários pertinentes.

8. Situação laboral e social dos guias de turismo.

A Secult é sensível à situação laboral e social dos guias de turismo, principalmente no tocante aos impactos da pandemia sobre as condições de trabalho da categoria. Em resposta ao Requerimento nº 6766/2020, por meio do Ofício SECULT/GAB nº. 22/2021 - jan/2021, informamos que, dadas as restrições da pandemia, **atualmente estamos impossibilitados de articular a execução de cursos presenciais para guias de turismo**. Entretanto, no âmbito do Reviva Turismo estamos estruturando capacitações em EaD e webinários para contemplar não somente o público dos guias de turismo, mas outros elos da cadeia produtiva do setor. Estamos também firmando parcerias com Senac e outros atores relevantes no intuito de oferecer capacitação técnica e profissional.

Cultura – patrimônio cultural

1. Transição na presidência do Iepha-MG.

Exoneração de Michele Abreu Arroyo do cargo de Presidente do Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais foi publicada no Diário Oficial em **21 de abril de 2021**. Nomeação de Felipe Cardoso Vale Pires foi publicada em **13 de maio de 2021**. Foram 3 semanas analisando currículos para escolher a opção mais adequada do ponto de vista técnico para a presidência do Iepha. Durante o período, a presidência foi exercida interinamente pela Chefe de Gabinete da gestão anterior, Sra. Edilane Carneiro.

2. Tombamento Estadual da Serra do Curral.

A Secult recebeu a Proposta de Emenda à Constituição nº 67/2021 - encaminhada em 21/06/2021 para nossa análise via Siaple. O texto acrescenta artigo à Constituição do Estado: "Art. 84-B – Fica tombada, para fins de conservação, a Serra do Curral." O tema foi encaminhado à área competente (Iepha) para análise.

3. Situação do edifício-sede do Museu do Crédito Real, em Juiz de Fora.

Em atenção ao Requerimento nº 2.380/2019, a Secult informou, por meio do Ofício SECULT/GAB nº. 267/2021, em 18/05/2021, que o Museu do Crédito Real (MCR) está localizado no edifício da antiga sede do Banco do Crédito Real de Minas Gerais, funcionando

nesse mesmo local desde a sua inauguração, em 1964. **Não há previsão para desocupação do Museu ou de sua transferência para outro local.**

Cultura – fomento e incentivo

1. Editais do Fundo Estadual de Cultura lançados sem prévia consulta pública.

Na formulação dos editais do FEC no ano de 2021 não houve processo de consulta pública. A prioridade, tendo em vista a situação emergencial do setor cultural, foi conseguir cumprir o menor caminho burocrático possível, garantindo a legalidade de cada certame, mas tendo em vista a celeridade para publicação dos editais e seus prazos decorrentes, planejando-se efetivar todos os repasses ainda dentro do ano de 2021. **A Secult firma o compromisso de, para os próximos editais, instituir consulta pública.**

Edital	Valor	Nº de beneficiados
Edital FEC 01/2021 - Desperta Cultura	R\$ 2,49 M	até 385 pessoas físicas
Edital FEC 02/2021 - Festas Populares	R\$ 2 M	até 40 pessoas físicas
Edital FEC 03/2021 - Produção de Obra Audiovisual de Curta-Metragem dos Gêneros de Documentário e Ficção	R\$ 1 M	17 obras de curta-metragem
Edital FEC 04/2021 – Produção de obra de audiovisual de curta-metragem do gênero animação – Minas dos Contos e Lendas – Pessoa Física	R\$ 480 mil	12 obras de curta-metragem
Edital FEC 05/2021 - Cozinha Mineira – Pessoa Física	R\$ 1,5 M	até 30 pessoas físicas

2. Execução da Lei Aldir Blanc, editais sem repasse aos credenciados e cronograma de execução e prestação de contas em Minas Gerais – prorrogação dos prazos e repasses aos municípios do remanescente por eles não executados.

Até 24/06/2021, foram pagos cerca de **R\$ 122,3 milhões**, sendo R\$ 117,7 milhões em editais, beneficiando **7.157 projetos advindos de 318 municípios nas 13 regiões intermediárias**, e **R\$ 4,686 milhões** em renda emergencial para **1.562 beneficiários advindos de 274 municípios nas 13 regiões intermediárias**. São cerca de 50 projetos ainda não pagos pelos editais, que correspondem a 0,7% do total. Pretendemos quitar os projetos até a data de 02/07/2021. O pagamento não pôde ser antecipado pois a Secult aguardava o desfecho de consultas ao Governo Federal e à AGE para averiguar a legalidade desses processos especificamente, considerando problemas operacionais enfrentados na execução da LAB.

A Secult publicou a prorrogação dos prazos de execução de projetos e prestação de contas, em consonância com a legislação federal, indo **até 31/12/2021**. Finalmente, quanto aos valores não utilizados pelos municípios que não enviaram planos de ação na plataforma

+Brasil, em consonância com a legislação aplicável, o recurso foi repassado diretamente pela União ao Estado. Optou-se pela alocação desses valores nos editais da LAB, de modo a maximizar o número de beneficiados, configurando a melhor utilização possível do montante: atender ao público-alvo.

Cultura – gestão de espaços culturais

1. Contratos de gestão na área da cultura, em especial o do Instituto Cultural Filarmônica – valores, correlação com o orçamento das demais políticas da Pasta e transparência no uso dos recursos.

A Filarmônica funciona atualmente sob administração do Instituto Cultural Filarmônica, sob o Contrato de Gestão n. 06/202, que por sua vez foi instituído via concurso de projetos no âmbito do Edital Secult 01/2020, que contou com **participação e aprovação do Consec**.

Toda documentação do edital e contratos de gestão firmados pode ser encontrada no site da Secult: <https://www.secult.mg.gov.br/documentos/contratos-de-gestao>. Há atualizações trimestrais com os relatórios gerenciais de resultados, financeiros, de monitoramento e de avaliação, conforme critérios de transparência previstos na Lei 23.081/18 e Decreto 47.553/2018, que regulamentam as parcerias do Governo de Minas com o terceiro setor.

O contrato da Filarmônica tem vigência de **41 meses**. O valor anual de **repasse** é de cerca de **R\$ 17,3 milhões**, sendo que o valor anual de **captação** pela OS (projetos incentivados, exploração comercial de espaços, bilheteria e assinaturas etc.) é de aproximadamente **R\$ 15,7 milhões**. Portanto, o "**custo real anual**" da Filarmônica é de cerca de **R\$ 1,6 milhão** para os cofres públicos estaduais, valor inferior aos custos estimados de manutenção do Centro Cultural Presidente Itamar Franco, com os quais o Governo de Minas teria de arcar caso não houvesse Contrato de Gestão da Filarmônica.

Mesmo durante a pandemia, em 2020 a Filarmônica de MG conquistou o **Prêmio Concerto 2020**, concedido pelo público e jornalistas da Revista Concerto, publicação de referência do setor de música sinfônica no Brasil. Ao longo do ano, a Filarmônica apresentou **20 concertos gratuitos** e alcançou **102 mil visualizações** virtuais, o correspondente a cerca de **70 Salas Minas Gerais lotadas**. Houve intensa atividade online, democratizando o acesso ao conteúdo artístico da orquestra, com **780 publicações** nas diferentes plataformas digitais da Filarmônica, dentre vídeos, transmissões ao vivo e etc. Na Academia Virtual Filarmônica, **571 alunos** foram atendidos. O podcast "Filarmônica no ar" contou com **22 episódios e mais de 11 mil audições**. Finalmente, o CD "Almeida Prado - Obras para Piano e Orquestra", lançado pela gravadora Naxos com a Filarmônica de Minas Gerais, **concorreu ao Grammy** da categoria de "Melhor Álbum Clássico do Ano", divulgando a Sala Minas Gerais e o nosso estado para públicos de todo o planeta.

2. Situação e perspectivas do P7 Criativo: planejamento e possível encerramento da iniciativa.

Informamos que a competência sobre o P7 Criativo, a manutenção dos recursos físicos, financeiros e humanos desse projeto, seu planejamento e decisões sobre eventual

encerramento pertencem à SEDE. Por esse motivo, nos colocamos à disposição para participar das articulações necessárias junto ao órgão.

Cultura – Direitos Culturais

1. Eleições para o Consec e prorrogação de mandato dos atuais conselheiros.

O mandato atual venceu em **31/12/2020**, mas os conselheiros tiveram seus mandatos estendidos porque não houve certame eletivo dado o contexto excepcional de pandemia e de operacionalização da LAB. Em **30/03/2021** foi publicado novo edital para eleições do Consec, processo que transcorreu normalmente, com participação de **54 candidatos**, que receberam **18.182 votos** válidos, provenientes de **424 municípios** (recorde de mobilização numa eleição do Conselho). Conforme edital, a eleição foi encerrada em **20/06/2021** e os conselheiros eleitos serão investidos em seus mandatos pelo Governador do Estado até **20/07/2021**.

2. Medidas econômicas e fiscais para manutenção de espaços e sobrevivência em relação a artistas, técnicos e demais agentes culturais.

A Secult procurou atender os espaços, artistas, técnicos e agentes culturais principalmente por meio do Arte Salva e da Lei Aldir Blanc.

O Arte Salva, que arrecadou doações até setembro/2020, distribuiu **500 toneladas de alimentos em cestas básicas**. Também arrecadou e distribuiu **140 toneladas de alimento, 15 mil máscaras, 1.386 livros, além de ter realizado 23 lives solidárias**. Atendeu a **495 entidades e beneficiou 332 mil pessoas**. A iniciativa foi do Governo de Minas Gerais e do SESC em Minas, em parceria com mais de **60 entidades** da iniciativa privada e sociedade civil. Foram disponibilizados **R\$ 6 milhões em editais de fomento, 8 cursos de capacitação, 15 lives informativas**. A inserção da campanha #ArteSalva em emissoras de TV impactou **19,9 milhões de telespectadores**.

No âmbito da Lei Aldir Blanc, até 24/06/2021 foram pagos cerca de **R\$ 122,3 milhões**, sendo R\$ 117,7 milhões em editais, beneficiando **7.157 projetos advindos de 318 municípios nas 13 regiões intermediárias**, e **R\$ 4,686 milhões** em renda emergencial para **1.562 beneficiários advindos de 274 municípios nas 13 regiões intermediárias**.

3. Protocolos de reabertura e retomada das atividades culturais no Estado.

3.1 No âmbito do Reviva Turismo, com o uso do **selo Evento Seguro**, **os realizadores de eventos confirmam que estão cumprindo os protocolos de saúde e segurança definidos na Resolução criada com base no Plano Minas Consciente**. O objetivo é contribuir para que a retomada das atividades ocorra de forma segura, observando as orientações sanitárias emitidas pelos órgãos competentes locais, estaduais e da OMS.

3.2 Os protocolos de segurança sanitária do plano Minas Consciente, para a retomada gradual e segura das atividades culturais e turísticas, foram aprovados pelo World Travel & Tourism Council (WTTC). Para a entidade, **as diretrizes estabelecidas pelo Minas Consciente para o retorno das atividades comerciais estão de acordo com as recomendações internacionais dos órgãos de turismo envolvidos**. Com isso, o destino Minas Gerais

está habilitado para usar o Selo de Viagem Segura da WTTC. O ícone é reconhecido por viajantes de todo o mundo e mostra que o destino turístico possui normas adequadas para o momento de retomada do turismo, estando apto a receber turistas com qualidade, segurança e consciência.